



GT 32. Em busca do bem viver: maternidade e protagonismo político das mães entre povos tradicionais

Coordenador(es):

Ediviges Marta Ioris (UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina)

Mônica Thereza Soares Pechincha (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Apesar de fundamentais na organização social, na obtenção e preparo dos meios de sustento e bem viver da família, ou nos processos de mobilização e luta por reconhecimento e direitos entre os povos tradicionais, as “mães” constituem uma categoria pouco problematizada em termos de posição ou protagonismo político. Embora os avanços etnológicos na abordagem sobre maternidade, outrora recolhida à esfera do “doméstico” e seus ofícios, o papel político que as mães desempenham ainda é matéria inicial de pesquisa, apesar do registro cada vez maior de mulheres indígenas e quilombolas, e de outros setores do campesinato, destacando-se na luta por direitos e para assegurar condições de vida aos filho/as, sobretudo na saúde e educação. Nelas, evidencia-se a condição de maternidade como propulsora de enfrentamentos em espaços públicos, além de modos de resistência cultural, nos quais os/as filhos/as representam possibilidades de reprodução de um modo particular de vida. Este GT objetiva uma reflexão sobre o papel político das “mães” na organização dos povos tradicionais e frente aos seus processos de luta por direitos e acesso a serviços e políticas públicas, e que permita, simultaneamente, problematizar o entendimento da noção de “mãe” junto a estes povos. Assim, serão bem-vindas contribuições que abordem processos nos quais “mães” indígenas, quilombolas, ou de outros pertencimentos étnicos, encontram-se mobilizadas em vários modos de luta para assegurar o bem viver de seus familiares.

?Mães de leite?: reflexões preliminares a partir de um estudo em uma favela carioca

Autoria: Olivia Nogueira Hirsch (PUC-RIO - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)

Essa comunicação pretende apresentar algumas reflexões a partir de pesquisa recentemente iniciada em uma favela no Rio de Janeiro, acerca dos significados atribuídos à chamada ?amamentação cruzada?, tal como costuma ser denominada na área da saúde a prática de uma mulher amamentar filhos de outras que não podem ? de forma permanente ou circunstancial ? aleitar seus filhos. Tal prática, apesar de contraindicada pelo Ministério da Saúde pelo risco de transmissão de doenças infecto-contagiosas, parece ser acionada com alguma frequência no contexto investigado, seja nos casos de adoção, nas situações de retorno ao work após a licença-maternidade ou por motivos variados que impliquem em um afastamento temporário da mãe biológica. Nessas ocasiões, aquela mulher que também tem um bebê lactente na família ? entendida aqui em termos amplos, de modo a incluir a vizinha, a ?comadre? e outras mulheres da rede de ajuda mútua (Sarti, 2011, Fonseca, 2005, Duarte, 2010) ? assume a tarefa de amamentar a criança. De acordo com as interlocutoras, para quem ?leite não se nega a ninguém?, junto com ele é transmitida uma ?força? e, eventualmente, também características da ?mãe de leite? ao bebê. Foi possível observar, em alguns casos, que o ato de amamentar favoreceu a construção de uma relação ?especial? com o ?filho de leite?, dando ensejo ao que se poderia chamar de uma maternidade compartilhada, assim como a uma noção dinâmica de parentesco, não baseada estritamente no elo biológico (Carsten, 2000).



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: